

**DE TATUAPARA À POLINÉSIA BRASILEIRA:  
TERRITORIALIDADES E TEMPORALIDADES DO TURISMO  
EM PRAIA DO FORTE (BA)**

*FROM TATUAPARA TO BRAZILIAN POLYNESIA:  
TERRITORIALITIES AND TEMPORALITIES OF TOURISM  
IN PRAIA DO FORTE (BA)*

*DE TATUAPARA A LA POLINESIA BRASILEÑA:  
TERRITORIALIDADES Y TEMPORALIDADES DEL TURISMO EN  
PRAIA DO FORTE (BA)*

**PAULO ROBERTO BAQUEIRO BRANDÃO**

Universidade Federal do Oeste da Bahia  
[paulo.baqueiro@ufob.edu.br](mailto:paulo.baqueiro@ufob.edu.br)

**Resumo:** Este escrito aborda, a partir do uso de instrumentais metodológicos da Geografia Histórica, os processos espaço-temporais da formação do território do turismo em Praia do Forte (Bahia), segundo a seguinte periodização: O “turismo de frente pioneira” (1979-1993), cujo início é a implantação do primeiro empreendimento imobiliário na localidade, e o final corresponde ao ano de lançamento do Prodetur-NE; O “turismo de implosão” (1994-2012), que se estende do findar do período anterior ao momento atual.

**Palavras-chaves:** Territorialidades; Temporalidades; Praia do Forte (Bahia).

**Abstract:** This essay addresses, from the use of methodological instrumentals of Historic Geography, the time-space processes of the territory of tourism in Praia do Forte (Bahia), According to the following periodization: “turismo de frente pioneira” (1979-1993), which start is the implementation of the first real estate business in the place, and the final corresponds to the launch of the Prodetur-NE; the “turismo de implosão” (1994-2012), that spans from the end of the previous period to the current one.

**Keywords:** Territorialities; Temporalities; Praia do Forte (Bahia).

**Resumen:** El presente texto aborda, bajo el empleo de recursos metodológicos de la Geografía Histórica, los procesos espacio-temporales implicados en la formación del territorio del turismo en Praia do Forte (Bahia), en conformidad con la periodización que sigue: El “turismo de frente pionero” (1979-1993), cuyo comienzo ocurrió desde la implantación del primer proyecto inmobiliario en dicha localidad, y su fin correspondiendo al año de aper-

tura de Prodetur-NE; El “turismo de implosión” (1994-2012), que se origina desde finales del período anterior hacia el momento actual.

**Palabras-claves:** Territorialidades; Temporalidades; Praia do Forte (Bahia, Brasil).

## INTRODUÇÃO

A transformação da multissecular localidade de Praia do Forte (Bahia) – conhecida, no início do período colonial, como Tatuapara – em importante destino turístico do litoral nordestino não pode ser compreendida senão por meio dos métodos de análise fornecidos pela Geografia Histórica, posto que a produção atual do espaço se constitua, como afirmado por Santos (2005b), a partir do acúmulo desigual de tempos. Neste sentido, há que buscar, pelo entendimento das dinâmicas territoriais pretéritas, as chaves para a compreensão mais fidedigna da realidade vigente.

Ao empregar as premissas metodológicas da Geografia Histórica, torna-se necessário propor uma periodização. Assim, em cada período estabelecido, são abordados o *contexto socioeconômico, político e cultural* que marcou a realidade da localidade, o papel dos *agentes de produção do espaço* que, de alguma maneira, contribuíram para a formação do território do turismo no balneário examinado e, por fim, a própria *dinâmica territorial* resultante dos processos históricos e da atuação dos agentes já aventados.

Vale salientar que, devido à motivação principal do escrito, que é o de compreender a formação dos territórios do turismo em Praia do Forte, a periodização proposta tem o seu início na segunda metade do século XX, quando ocorreram as primeiras manifestações do processo de dominação do espaço pelos agentes do turismo.

Deste modo, o texto aborda os processos espaço-temporais da formação do território do turismo em Praia do Forte segundo uma periodização que contempla dois períodos: *O “turismo de frente pioneira” (1979-1993)*, cujo início é marcado pela implantação do primeiro empreendimento imobiliário na localidade, e o final correspondendo ao ano de implantação do Prodetur-NE; *O “turismo de implosão” (1994-2012)*, que se estende do findar do período anterior ao momento presente.

## TERRITORIALIDADES, TEMPORALIDADES E PERIODIZAÇÃO

Tratar de território é reconhecer que a atualidade do seu debate está na dupla base explicativa que lhe dá substância: a material, ligada à possibilidade de dominação de uma dada unidade espacial, e a simbólica, referente à primazia do usufruto ou apropriação de um espaço (HAESBAERT, 2007). Dito de outra maneira, se na primeira acepção a existência do território e do jogo dinâmico pela sua dominação (a territorialidade) tem um caráter funcional, jurídico-institucional e político-econômico, na segunda, a ênfase está nos aspectos subjetivo e simbólico da relação entre um indivíduo ou grupo e o espaço onde vivencia(m), reproduz(em) suas práticas sociais e, enfim, se territorializa(m).

Assim, o território é concebido como uma instância espacial de poder, construído como um produto social historicamente definido, relacional, multiescalar e multidimensional. Essas relações se configuram por meio de dominação e apropriação exercidas por um indivíduo, grupo ou entidade sobre os demais, os ditos agentes.

Neste sentido, o território deve ser considerado como um ente geográfico cujo significado epistemológico e ontológico está no fato de ser, ao mesmo tempo, uma instância espacial de poder, um produto social historicamente definido, relacional, multiescalar e multidimensional.

Nos dias atuais, muitas são as práticas que incidem na construção dinâmica e complexa de territórios, entre as quais, merece destacar, o turismo, por ser um vetor de integração/fragmentação e de produção/consumo dos espaços, sendo, pois, causa e consequência de processos que animam a vida de relações no lugar.

Neste escrito, o turismo é considerado não como atividade, fenômeno, sistema, “indústria” ou produto, mas como prática socioespacial, posto que contenha atributos materiais (objetos técnicos) e relacionais (ações) que, configurados em um arranjo coerente, dão uma feição ao espaço. Neste sentido, sendo uma prática socioespacial, o turismo permite e até motiva a ocorrência de relações de caráter territorial por parte dos agentes que coexistem no espaço turistificado.

Cabe acrescentar que, no debate sobre o território, é fundamental compreendê-lo em sua dimensão histórica, sem a qual a abordagem relativa ao território careceria de profundidade e substância. As relações de poder, quando manifestadas no espaço, não surgem do nada, desprovidas de origem e movimento. Ao contrário, são construídas ao longo do tempo, acolhendo a diacronia e a sincronia próprias da história da humanidade, nas diversas escalas do acontecer.

Em outras palavras, significa afirmar que, como produto social que é, o território é construído a partir das mais diversas interações sociais e relações econômicas, políticas e culturais historicamente determinadas (SAQUET, CANDIOTTO e ALVES, 2010). Captar as diferentes características e feições que o território assume desde a sua origem é o que torna possível a sua compreensão plena.

Ocorre, porém, que a historicização do território não deve prescindir do exame das diferentes formas segundo as quais os agentes envolvidos em processos de territorialização lidam com o tempo. Neste sentido, é crucial apreender o tempo em suas duas grandes dimensões: o eixo das sucessões, que demarca o tempo histórico, e o eixo das coexistências, que se faz pelo acontecer cotidiano, pela simultaneidade das ações que ocorrem no lugar (SANTOS, 1997; 2002a).

Longe de serem concebidos como dimensões paralelas e “incomunicáveis” da existência humana, o eixo das sucessões e o eixo das coexistências formam um par dialético que permite compreender a sociedade em movimento e nas suas diversas relações. Tal compreensão

ampara o estabelecimento da conectividade entre uma dada dinâmica territorial e o tempo necessário à sua contínua realização.

No lugar, ambas as dimensões se afirmam, posto que seja “o resultado de ações multilaterais que se realizam em tempos desiguais sobre cada um e em todos os pontos da superfície terrestre” (SANTOS, 2002b, p. 258). Assim, na análise da construção do território, é preciso ter em conta que, no lugar onde as relações de poder que ocorrem, há “ações do tempo presente e do passado, locais e extralocais” (Idem), que tornam possível o seu surgimento naquela dada realidade.

Disto emerge a noção de temporalidade como elemento constitutivo do território. Não o tempo absoluto, linear e imaculado, mas a temporalidade, que surge da maneira única como cada indivíduo, grupo ou entidade faz uso desse tempo na tarefa de reproduzir-se socialmente, de acordo com os diferentes ritmos da sua existência.

A noção de temporalidade remete, portanto, à ideia de movimento, de ação deliberada e “de singularidade no uso das técnicas disponíveis e na apropriação das técnicas ao longo do tempo” (BRANDÃO, 2005, p. 18), posto que abrigue, de modo concomitante, mas desigual, as historicidades do eixo das sucessões e do eixo das coexistências que, cada uma a seu modo, dão sentido à vida do indivíduo e do grupo.

A análise das temporalidades do/no território remete, por seu turno, à necessidade de uma periodização como um recurso analítico que permita desvelar as características de uma dada dinâmica territorial nos seus distintos ritmos, segundo as lógicas endógenas e exógenas que concorrem para a ocorrência dessa construção ao longo do tempo.

Conforme denotam Santos e Silveira (2001, p. 24), os períodos “são pedaços de tempo definidos por características que interagem e asseguram o movimento do todo”. Adiante, apontam: “Mas essa interação se faz segundo um controle que assegura uma reprodução ordenada das características gerais, isto é, segundo uma organização”. Tem-se, então, uma coerência espaço-temporal que define a “identidade” de um período.

Quando inovações das mais diversas naturezas já não cabem no quadro da realidade até então vigente, há um dismantelamento de tal “identidade” do período, abrindo a possibilidade para o surgimento de uma nova fase da história do território.

A periodização se constitui, pois, em um imprescindível recurso metodológico para a compreensão da dinâmica territorial na longa duração, abrindo perspectivas para uma leitura mais fidedigna das permanências e transformações que ocorrem em cada lapso da história do território. Para Santos (1994, p. 83), “a noção de periodização é fundamental, porque nos permite definir e redefinir os conceitos e, ao mesmo tempo, autoriza a empiricização do tempo e do espaço, em conjunto”, e segue afirmando que seria inviável de se realizar tal empiricização sem a periodização.

Como tarefa subsequente, se propõe aplicar a abordagem metodológica desenvolvida por Vasconcelos (1999; 2002), cujo exame deve destacar, em cada período: (a) o *contexto*

*histórico*, em perspectiva multiescalar, revelando eventos que marcaram a localidade e sua população no que tange aos aspectos socioeconômico, político e cultural; (b) os *agentes de produção do espaço* que exerceram algum papel na dinâmica territorial da cidade; (c) a própria *dinâmica territorial*, resultante dos eventos e da ação dos agentes.

## O “TURISMO DE FRENTE PIONEIRA” (1979-1993)

O ano de 1979 marca o início do período em análise por ter sido a data em que a Prefeitura Municipal de Mata de São João permitiu, pela primeira vez, a implantação de loteamentos no povoado de Praia do Forte. Tal fato acabou por induzir consideráveis mudanças verificadas no quadro da realidade da dita nucleação, pois permitiu a consolidação da prática do turismo de segunda residência, um dos marcos iniciais das transformações rumo à plena turistificação desse lugar.

O final do período em voga é, por sua vez, o ano de 1993, data antecede ao início do audacioso Programa para o Desenvolvimento do Turismo (Prodetur) pelo Estado brasileiro, um conjunto de medidas que promoveu profundas transformações no modelo nacional de políticas públicas para o turismo e, como consequência direta, exerceu impacto crucial sobre a territorialização do turismo em todo o litoral nordestino, incluindo-se aí a localidade em estudo.

O termo “*turismo de frente pionero*” (turismo de frente pioneira), cunhado por E. Gormsen (em citação de HIERNAUX, 2001), faz referência a uma fase do turismo, comum a diversos espaços da América Latina e do Brasil ao longo das décadas de 1970 e 1980, segundo a qual tal prática “*se extendió hacia nuevas tierras a la manera de los conquistadores, las ‘bordas doradas’*” (p.49). Representa, pois, um modelo de turistificação que principiou a massificação, mas que se desenvolveu de forma espontânea, por meio da ação de pequenos grupos na busca por novos destinos e pelo mercado imobiliário, mas sem ou com pouca participação do Estado, via planejamento.

### O CONTEXTO SOCIOECONÔMICO, POLÍTICO E CULTURAL

O início deste período foi marcado por profundas transformações na economia política do capitalismo, definindo, assim, o fim dos “Anos Gloriosos” do século XX, processo que teve como estopim a chamada Crise do Petróleo, a primeira grande recessão ocorrida após a Segunda Guerra Mundial (HARVEY, 1996).

Por outro lado, diante do contexto da Guerra Fria, vivia-se um período de recrudescimento das animosidades entre essas potências de então (EUA e URSS), causado pela continuidade da presença militar de Washington no Vietnã. Esse armistício motivou, inclusive, manifestações contrárias da própria sociedade estadunidense.

Entre os grupos que se colocaram em oposição à atuação militar direta dos EUA no Sudeste Asiático, destacam-se aqueles ligados à chamada contracultura (*hippies, rastarafis*,

*punks*, etc), cujas origens, na década anterior, estão, segundo Harvey (Idem), na reação à ascensão do neoliberalismo e à falência do Estado de Bem-estar Social.

Tal processo tem enlaces com toda uma série de transformações nos pilares socioeconômicos, políticos e culturais das sociedades capitalistas, especialmente no que diz respeito à divisão territorial do trabalho e ao papel do Estado na condução da economia política dos países sob o regime do livre mercado. No primeiro caso, verifica-se um processo de desconcentração das atividades que antes operavam de forma quase exclusiva nos países desenvolvidos para aqueles considerados periféricos, enquanto que, no segundo aspecto, o Estado abandonou paulatinamente o viés intervencionista de atuação, facilitando uma transição para o regime de acumulação flexível.

Os anos que se seguiram foram de consolidação desse modelo político-econômico, cujo espraiamento para o mundo subdesenvolvido atingiu em cheio a América Latina que, em uma aliança entre governos nacionais e FMI (Fundo Monetário Internacional), BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e Banco Mundial, foi transformada em região-laboratório dos programas de reestruturação econômica.

Na escala nacional, o período em exame teve início dentro de um contexto de distensão do regime autoritário, o que levaria, uma década depois, ao término da violenta Ditadura Militar iniciada em 1964 e de amplas transformações na economia, graças aos processos de reestruturação territorial produtiva que reposicionaram o país na economia-mundo. Segundo Becker e Egler (1994), a década de 1970 marcou uma mudança na posição do Brasil na economia-mundo, com o país assumindo a categoria de semiperiferia na condição de potência regional.

Tal processo conduziu um movimento de desconcentração da indústria no país, o que, segundo Santos e Silveira (2001, p. 106), representou “uma das manifestações do desdobramento da divisão territorial do trabalho no Brasil”. Com isso, há uma maior complexidade da produção industrial, com o seu espraiamento para novas zonas do país, entre as quais as regiões metropolitanas e outras grandes cidades do Nordeste.

Na Bahia, foram instalados grandes empreendimentos industriais, além dos investimentos em infraestrutura de transportes, energia e comunicação (ANDRADE e BRANDÃO, 2009), que vieram a somar-se a outros cujas fases operacionais tiveram início em período precedente, principalmente na Região Metropolitana de Salvador.

Além disso, entre os anos de 1970 e 1980, graças à nova dinâmica territorial da economia, favorável aos investimentos assentados nas maiores cidades brasileiras, o país vivenciou o período mais intenso de urbanização, atingindo uma taxa média geométrica de crescimento anual da população urbana de 4,4%, superior ao total do crescimento populacional brasileiro, que foi de 2,5% (DAVIDOVICH e FREDRICH, 1995).

Disso decorrem dois processos que tiveram incidência direta sobre a turistificação de porções do litoral nordestino: (a) a criação de empregos no setor secundário e a explosão do

setor terciário da economia, o que, por sua vez, contribuiu para (b) a consolidação de novos padrões de consumo, com consequências diversas na economia, entre as quais a dinamização do mercado de imóveis para segunda residência.

No que concerne aos padrões de comportamento do brasileiro, apesar da forte repressão imposta pela Ditadura Militar (1964-1985), a década de 1970 marcou ainda a ocorrência das primeiras manifestações da contracultura, fenômeno que, nos Estados Unidos e Europa, tinha se consolidado na década anterior. Por efeito-demonstração, muitos jovens brasileiros aderiram às filosofias de vida de grupos como *punks*, *hippies*, *rastarafis*, entre outros. Na esteira desse processo, ocorreu a popularização da prática do *surf* no país, um esporte bastante identificado com alguns dos grupos acima mencionados.

Os anos que se seguiram foram caracterizados principalmente (a) pelo processo de redemocratização do país, que culminou com a campanha pelas eleições diretas e, como solução política considerada mais plausível para a transição (CASTRO, 2005), a escolha, em 1984, por voto indireto, de Tancredo Neves como primeiro presidente civil em vinte anos; (b) pelas sucessivas crises econômicas e suas nefastas consequências para a população brasileira e, como consequência, (c) pela adoção de medidas de reversão do quadro recessivo, os ditos planos econômicos (seis entre as décadas de 1980 e 1990).

Assim, o final do período é identificado principalmente pelo lançamento do Plano Real (1993), o último dos planos econômicos que ao longo das referidas décadas visaram estabilizar a instável economia brasileira. Antes do Plano Real, foram lançados outros cinco planos, todos fadados ao fracasso, mas que contribuíram no alinhamento do país ao modelo político-econômico neoliberal.

No âmbito do turismo, o período, que quase coincide com os “vintes anos de dificuldades (1975-1995)” apontados por Trigo (2007, p. 223), foi conturbado, com intensas oscilações nos números de entrada de turistas estrangeiros. A instabilidade político-econômica entre meados das décadas de 1970 e 1990, aliada à pouca eficácia das políticas públicas voltadas para o setor, além do sucateamento da maioria das empresas de aviação do país, tornaram o Brasil um país pouco confiável para potenciais visitantes.

### *AGENTES DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO*

Ao longo do período de consolidação do turismo de frente pioneira em Praia do Forte, diversos foram os agentes que, em distintas escalas de atuação, promoveram transformações que, de uma maneira ou de outra, incidiram sobre a vida de relações nesse lugar evidenciado. Tais agentes foram: o Estado, os agentes econômicos e a sociedade civil, com ênfase para os grupos de contracultura.

A despeito das profundas mudanças que levaram à reestruturação do seu papel como agente na construção dos territórios a partir da década de 1970, o Estado, em todas as suas esferas, implementou ações que repercutiram decisivamente no processo de turistificação de

Praia do Forte. Se, nas escalas nacional e estadual, a condução da política econômica acabou promovendo mobilidade social para parcelas da população, aumentando o seu poder de compra e demandas de consumo, em âmbito municipal, foram viabilizadas condições para a abertura de diversos loteamentos ao longo do período.

No que concerne ao turismo, aliás, Spínola (2000) menciona que, entre os anos de 1974 e 1979 ocorreu o primeiro período de expansão do setor na Bahia, graças, principalmente, ao trabalho feito pelo governo estadual na promoção das mais importantes destinações junto aos mercados emissores do Sul e Sudeste do país. Sob o já famoso *slogan* “Bahia: Terra da Felicidade”, o estado conquistou também os primeiros voos internacionais e eventos de grande porte.

Ainda conforme a autora, após um período de forte retração (1987-1990), o segundo grande *boom* do turismo ocorreu a partir de 1991, quando a capital baiana assumiu o terceiro posto entre as cidades mais visitadas do país, estando atrás apenas de Rio de Janeiro e São Paulo. Além disso, a requalificação do Centro Histórico, a transformação do carnaval em produto turístico internacional, ambos em Salvador, e a interiorização da oferta turística, contribuíram para o bom desempenho do setor no estado.

Além disso, em escala local, a implantação de equipamentos e infraestrutura em Praia do Forte, seja com o intuito de viabilizar o acesso ou como forma de garantir conforto e segurança aos proprietários de segundas residências e demais turistas foram atribuições que o Estado assumiu sem maiores constrangimentos. Com tais ações, o Estado tornou a praia acessível para a classe média que habitava Salvador, permitindo, entre outras coisas, a consolidação do fenômeno de segunda residência.

Sobre as chamadas residências secundárias, Moraes (2007, p. 39) pondera que essa modalidade de residência representa o fator numérico mais expressivo da urbanização ao longo do litoral, revelando um dinamismo que se mantém mesmo em períodos de crise do setor de construção civil.

Como é sabido, o fenômeno de segunda residência teve impacto substancial na origem do processo de turistificação da localidade em análise, com as primeiras manifestações ocorrendo em 1979, graças à implantação do primeiro entre os muitos loteamentos que viriam a ser comercializados.

Os grupos de contracultura (ou comunidades alternativas) iniciaram o processo de apropriação das praias com finalidade de lazer e entretenimento na década de 1970, seja na busca de experiências autênticas junto às comunidades tradicionais que os acolhiam, seja pelo desejo de praticar *surf*, esporte que, então, se popularizava no Brasil.

No caso de Praia do Forte, a presença de *hippies* não foi tão intensa, pois havia uma tendência à concentração de membros desse grupo na chamada Aldeia *Hippie* de Arembepe, uma localidade litorânea do município de Camaçari, mais ao sul da primeira, portanto. Os surfistas, ao contrário, tinham uma presença significativa no povoado, especialmente

aqueles originários de Salvador, que nos anos iniciais da década de 1980, frequentavam a praia do Papa-Gente, considerada das melhores para a prática do *surf*.

### *DINÂMICAS TERRITORIAIS*

Em Praia do Forte, a primeira tentativa de transformá-la em um centro turístico de grande porte ocorreu na virada das décadas de 1970 e 1980, anos após a aquisição da fazenda que levava o mesmo nome do povoado, na década anterior, por empresários paulistas de origem alemã, conforme escritura pública n. 15.222, do livro 3M, fls. 202 (SOBRINHO, 1998). A ideia inicial era a produção de coco. Porém, com a constatação do considerável potencial turístico para o lugar, os empreendedores verteram o projeto para a criação de um centro baseado na oferta local de Sol e Praia.

Conforme aponta Santos (2011), um renomado arquiteto foi contratado com a finalidade de projetar o novo empreendimento de caráter turístico-hoteleiro e imobiliário, cujo trabalho de planejamento, denominado *Master Plan*, contemplava a análise de aspectos ambientais e urbanísticos, visando intervir no povoado e arredores.

Para gerir o projeto e coordenar a comercialização dos lotes, os empreendedores criaram, respectivamente, a FDG (Fundação Garcia D'Ávila) e a Landco Empreendimentos Imobiliários. Logo nos primeiros anos de criação, a fundação esteve no centro de um conflito com moradores e órgãos de imprensa, preocupados com o destino da Casa da Torre – mais conhecido como Castelo Garcia D'Ávila – diante do avassalador processo de turistificação que se anunciava (SOBRINHO, 1998).

Como primeira ação prevista no ambicioso projeto a ter sido concretizada, em 1979, foi regulamentado, pela Prefeitura Municipal de Mata de São João, o Loteamento Praia do Forte, cujos terrenos deveriam ser comercializados em três etapas, cada uma delas com 5.147,443m<sup>2</sup>, 4.934,433m<sup>2</sup> e 4.487,633m<sup>2</sup>, respectivamente (Idem).

Além disso, foi inaugurado, em 1982, o Praia do Forte *Resort Hotel*, outra iniciativa dos proprietários da fazenda. Conforme cita Pereira (2008, p. 142), o empreendimento foi erguido ao estilo da arquitetura orgânica e “(...) transpunha para o hóspede o clima da ocupação praiana, bem registrada na ausência de desníveis com o terreno nas imediações da construção, com varanda e elementos da arquitetura reconhecíveis nas habitações de construção vernacular”.

Segundo Souza e Braga (2005), a construção do Praia do Forte *Resort Hotel* contribuiu para a manutenção das características originais do povoado, respeitando os padrões construtivos no local, que exigiam determinados critérios de edificação. A análise das autoras carece de um olhar crítico, pois, o que parece ser uma atitude positiva de caráter preservacionista, deve ser considerado a partir da sua verdadeira intencionalidade: tal interferência buscava impor normas urbanísticas que favorecessem a criação de um cenário bucólico, idílico, sob os moldes de um paraíso tropical, algo que interessava sobremaneira na promoção da dita “Polinésia Brasileira” como destino turístico.

Em 1977, foi aberta a rodovia BA 099, mais conhecida como Estrada do Coco, via de acesso ao litoral norte da Bahia, a partir de Salvador (nas imediações do então Aeroporto Internacional 2 de Julho), até o assentamento camaçariense de Itacimirim. Na década seguinte, a pista foi ampliada até Praia do Forte, para daí, em 1992, ter sido prolongada em mais 142 quilômetros de extensão, até o limite com Sergipe, trecho batizado de Linha Verde (SOBRINHO, 1998; PEREIRA, 2008).

Logo no início do processo de dominação do território litorâneo e da especulação imobiliária no município de Mata de São João essa zona passou a vivenciar algum incremento de habitantes. A densificação das propriedades voltadas para a segunda residência no município vizinho meridional, Camaçari, acabou por impulsionar um processo de ocupação mais ao norte, em direção ao litoral matense (PEREIRA, 2008).

Em 1984, a Prefeitura Municipal de Mata de São João e a Fundação Garcia D'Ávila celebraram convênio segundo o qual a primeira outorgou à segunda o papel de provedor de bens e serviços públicos no povoado de Praia do Forte. No ano seguinte, o documento foi considerado sem efeito pelo Ministério Público Federal, após representação feita por moradores locais, descontentes com a FGD (SOBRINHO, 1998).

Entre os feitos relativos à preservação ambiental, em 1982, foi inaugurada a base de operações do Projeto Tamar em Praia do Forte, aquela que viria a ser a sede nacional da entidade. Atualmente, o local, edificado à beira-mar, próximo ao emblemático farol do povoado, é formado por um complexo que agrega salas, escritórios, auditório, loja para comercialização de produtos geradores de receita para o projeto, além de uma grande área para visitação e realização de atividades de educação ambiental, com piscinas e exposição de animais marinhos, nos moldes de um zoológico.

Cinco anos após a implantação das primeiras unidades de conservação da região, a RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural) da Sapiranga, de propriedade da Fundação Garcia D'Ávila, e a Reserva Ecológica da Lagoa Timeantube, sob jurisdição municipal, foi criada, em 1992, a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte, com o intuito de mitigar os impactos gerados pela implantação da Linha Verde. Ademais, coube ao Governo da Bahia formular o Zoneamento Ecológico-Econômico para as áreas de influência direta da BA-099, enfatizando as práticas de turismo e lazer (MURICY, 2009).

### **O “TURISMO DE IMPLOÇÃO” (1994-2012)**

O período tem o seu início em 1994, ano em que se tornou realidade o Prodetur-NE, gestado desde 1991 pelo Estado brasileiro como a mais ampla e ambiciosa política pública para o turismo já desenvolvido no país. No que se refere à Praia do Forte, o Programa foi o principal indutor de transformações em direção a uma territorialização plena do turismo, a partir de meados da década de 1990.

O término do lapso temporal em exame é o ano de 2012, delineando, assim, a fase mais aguda, porém, ainda inconclusa, do processo de turistificação de Praia do Forte. As dinâmicas territoriais desenvolvidas nesse balneário resultam da ação acumulada dos diversos agentes que, ao longo desses vinte anos atuaram na busca, nem sempre bem sucedida, pela apropriação/dominação dos territórios por eles almejados.

O emprego do termo “*turismo de implosión*” (turismo de implosão), cujo mérito da criação é, também, de Gormsen (citado por HIERNAUX, 2001, p. 50), como designativo do período se deu por este – o termo – fazer referência à atual fase do processo de turistificação em muitos lugares do mundo (de onde não se pode excluir os casos da América Latina e Brasil), na qual os agentes promovem uma “*reconquista de los espacios urbanos y los transforma en sitios de ocio (...)*”. Significa que, em tais condições, zonas antes desprezadas pelos planejadores e agentes hegemônicos do turismo, passam a ocupar certa centralidade como *locus* de produção e consumo do espaço por tal prática tão logo tenham sido, simbólica ou materialmente, implodidas, cabendo aos planejadores, com suas estratégias de ordenamento territorial, tornarem o espaço mais atrativo.

### O CONTEXTO SOCIOECONÔMICO, POLÍTICO E CULTURAL

Em finais do século XX, o aparente encantamento da sociedade ocidental diante do mito da “aldeia global”, assim como dos governantes diante do discurso neoliberal, era revelador, apenas, da incapacidade de compreender e explicar um “mundo confuso e confusamente percebido” (SANTOS, 2000, p. 17), diante dos desdobramentos de uma história política, econômica, cultural e ambiental que rompe com as certezas precedentes.

Durante a segunda metade da década de 1990 e início da seguinte, algumas crises econômicas originadas em países periféricos provocaram grande instabilidade em economias nacionais similares, entre as quais a brasileira (HARVEY, 2005; PILAGALLO, 2009). Essas turbulências prenunciaram a maior crise econômica desde a quebra da bolsa de valores de Nova York (deflagrada em 1929), que teve início com a falência, em 2008, do Lehman Brothers.

Todo esse quadro desencadeou, entre outros problemas, a perda de legitimação do neoliberalismo, isso, ao menos na desconstrução de um aparente consenso em torno do modelo, o que levou à mudança no quadro político-eleitoral latinoamericano, a partir de 2002, com expressivas vitórias de candidatos que representam posturas de caráter nacionalista e neodesenvolvimentista.

Ainda no início deste século, a chamada “Guerra ao Terror”, impetrada pelos EUA após o ataque ao edifício *World Trade Center*, em 11 de setembro de 2001, detonou uma sensação de insegurança em escala planetária. Graças à resposta militar estadunidense no Oriente Médio e à adoção de medidas unilaterais de recrudescimento das restrições à mobilidade de pessoas, muitos setores da economia foram severamente atingidos, entre os quais, vale destacar, o turismo.

Por outro lado, graças ao desempenho econômico favorável e ao novo papel de países emergentes como Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (os chamados BRICS) no intrincado jogo geopolítico internacional, houve grande impulso à consolidação de relações mais complexas entre os Estados e empresas e ao relativo enfraquecimento da ação política dos países hegemônicos em continentes como a América Latina, a África e a Ásia, com repercussão direta na abertura de novos mercados para os produtos brasileiros.

No âmbito do turismo, é importante salientar que, além das consequências da propalada “Guerra ao Terror”, já aventadas, duas catástrofes provocadas pela natureza tiveram grande repercussão para o setor, em escala planetária. Em 2004, ocorreu um tsunami no Sudeste Asiático, um dos maiores desastres naturais já registrados, que atingiu importantes zonas do turismo de Sol e Praia na Indonésia, Tailândia, Sri Lanka, Índia e, em menor medida, Austrália. No ano seguinte, o furacão Wilma causou destruição em diversos destinos turísticos do Caribe, entre os quais o balneário mexicano de Cancún.

Além disso, o receio de epidemias globais de doenças respiratórias (que receberam designativos como gripe aviária, gripe suína, H1N1 e SARS), com surtos em 2005 e 2009 em áreas de maior incidência no Sudeste Asiático e na zona fronteira entre México e Estados Unidos, respectivamente, foi um fator que também gerou instabilidade no mercado turístico neste século.

No Brasil, o início do período é marcado pela eleição do presidente Fernando Henrique Cardoso. Tal ato seria apenas a continuidade do processo de substituição do representante do Executivo nacional em um país cuja política se baseia na democracia representativa, não fosse pelo mote da campanha eleitoral: o Plano Real.

Quando da gestão do presidente FHC (1995-2002, com reeleição), o Brasil atingiu níveis nunca antes imaginados de desregulamentação e desarticulação do aparelho estatal, amparados, entre outras estratégias, por um vigoroso programa de privatização de empresas públicas.

Em 2003, Luiz Inácio Lula da Silva, político de origem operária e sindical, de orientação nacional-trabalhista, ascendeu à condição de presidente do Brasil. Em dois mandatos consecutivos (2003-2006 e 2007-2010), o presidente Lula se tornou um dos mais populares gestores do Executivo nacional, sendo, inclusive, o principal artífice da eleição, em 2010, da sua ex-ministra nas pastas de Minas e Energia e da Casa Civil como sucessora, a presidente Dilma Rousseff.

Entre as principais medidas do Governo Lula (com continuidade pela gestão atual), estão a manutenção da política de defesa da estabilização da moeda nacional e do controle inflacionário e ampliação de gastos sociais. Tais medidas e a condição do mercado de trabalho, que atingiu o pleno emprego na década de 2000, gerou mobilidade ascendente para um contingente significativo de brasileiros, o que resultou no surgimento de uma nova e ampla “cultura de consumo” no país.

Desde um ponto de vista macroeconômico, no transcorrer do período em estudo houve intensa expansão do PIB brasileiro, o que transformou o país na sexta maior economia do mundo, em 2011. Os números referentes à produção de riqueza do Brasil atingiram uma média de 4,8% a.a. (ao ano) entre 2004 e 2008, o que, comparando-se ao interstício entre 1995 e 2002, quando se atingia uma média de crescimento de 2,2% a.a., revela uma significativa mudança (BRASIL, 2010a).

Na política externa, é possível perceber uma sensível mudança de orientação entre as chamadas Era FHC e Era Lula, com uma tendência à conformação de novas parcerias estratégicas de caráter multilateralista com países emergentes e periféricos do macrosistema capitalista planetário, buscando a promoção, de um lado, de certo protagonismo internacional do país e, por outra parte, da consolidação de novos arranjos na geografia econômica planetária.

No que se refere ao desenvolvimento do turismo, o período foi de consolidação do setor como um importante componente de equilíbrio da balança comercial brasileira, graças aos resultados obtidos a partir do planejamento do setor.

Quanto à Bahia, o período consolidou a inserção dessa unidade federativa – através dos governos eleitos – na “onda” neoliberal, a despeito das desvantagens de tal opção por esse modelo político-econômico na escala nacional para as regiões periféricas do país, entre as quais o Nordeste (PESSOTI e SAMPAIO, 2009, p. 38-39). A “saída” para o enfrentamento de tais desvantagens foi a adoção, na virada dos séculos XX e XXI, da guerra fiscal como estratégia para atração de investimentos.

Além disso, em princípios do período em exame, o governo baiano, a exemplo do que ocorrera na esfera nacional, pôs em marcha programas de privatização de empresas públicas. Assim, em um acelerado processo que ocorreu entre os anos de 1997 e 2000, importantes órgãos como a Coelba (Companhia de Eletricidade da Bahia) e Baneb (Banco do Estado da Bahia), dentre outras, foram vendidas à iniciativa privada.

### *AGENTES DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO*

O período em exame é marcado pela consolidação do Estado (com a colaboração de entidades supranacionais, como o BID, por exemplo) e dos agentes econômicos, em aliança, como os principais responsáveis em dotar Praia do Forte das feições materiais e simbólicas que a transformaram em território do turismo. Além disso, outros agentes passaram a atuar de modo cada vez mais ativo em defesa de interesses mais focalizados, como as organizações de grupos específicos, de classe e do Terceiro Setor, especialmente as associações patronais, de trabalhadores e de moradores, as Ong (Organizações Não-governamentais), as Oscip (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), *clusters*, conselhos e câmaras de turismo e a sociedade civil, cada vez menos homogênea.

Dada a quantidade e variedade de agentes que passam a atuar no balneário turístico aqui abordado, é possível inferir o quão complexo se torna o quadro da realidade naquela localidade e, como consequência, a própria análise do papel desempenhado por cada um na conformação múltipla e diversa de territorialidades.

A consolidação do turismo como principal viés da economia na localidade em exame ao longo do período anterior levou o Estado, em todas as suas esferas, a uma ampliação dos investimentos em infraestrutura, urbanização turística e promoção do destino, visando dotá-lo de maior competitividade diante da concorrência que passou a existir com outros balneários do Nordeste brasileiro.

O Estado teve nas suas representações que atuam em âmbito federal e estadual – nesta ordem – os principais artífices das transformações acima mencionadas. O Governo Federal, proponente do Prodetur/NE, foi responsável pela implementação e/ou recuperação da infraestrutura de transportes e de saneamento ambiental, da capacitação profissional e da urbanização turística.

Tais ações foram articuladas com o governo estadual, a quem coube tornar possíveis as ações previstas no Prodetur/NE como executor das principais obras. Além disso, o poder executivo do estado da Bahia atuou também na implantação de ações menores e mais pontuais e na viabilização de recursos, a serem utilizados como contrapartida para as obras, o que ocorreu, quase sempre, por meio da privatização de empresas públicas, fato já abordado alhures.

Em âmbito municipal, apesar da menor autonomia decisória em relação aos projetos vinculados ao Prodetur/NE, a Prefeitura de Mata de São João também executou algumas ações em favor do turismo, especialmente no que diz respeito ao apoio para a formação de conselhos municipal e regional de turismo, execução de obras/serviços de conservação dos espaços públicos e leis de uso e ocupação do solo em Praia do Forte.

Apesar do esforço do Estado em transformar a antiga nucleação em balneário turístico, tal meta não poderia ter sido cumprida sem a efetiva participação da iniciativa privada nesse processo. Os agentes econômicos tiveram, assim, um papel preponderante na consecução de ações que deram uma nova configuração ao território, em especial, aqueles ligados aos setores turístico-hoteleiro (incluindo grupos estrangeiros), ao mercado imobiliário e os empreendedores de menor porte, é dizer, os lojistas, proprietários de bares e restaurantes, promotores de eventos, entre outros.

Em publicação recente, Muricy (2009, p. 17) afirma, ao tratar do caso específico do Litoral Norte da Bahia:

Na década de 2000, começam a convergir para essa porção do território baiano grandes grupos estrangeiros, sobretudo portugueses e espanhóis, numa estratégia adotada para a ampliação de mercado diante da saturação e das exigências dos destinos europeus. Esses empreendimentos trazem como novidade a conjugação da atividade hoteleira com condomínios residenciais, uma nova tendência do mercado turístico mundial (...).

Não por acaso, a afirmação de Muricy atribui aos empreendedores do ramo hoteleiro um destaque como agentes de produção do espaço em uma porção litorânea do Nordeste brasileiro. A estratégia de territorialização do capital turístico-hoteleiro narrada pela autora foi replicada em muitos dos destinos de Sol e Praia do litoral setentrional do país, entre os quais, o povoado aqui examinado.

No ramo imobiliário, além da atuação dos grupos ligados ao setor de modo *strictu sensu*, na última década, grupos do setor hoteleiro, notadamente os de bandeiras estrangeiras, tem explorado tal filão de mercado a partir da abertura de condomínios residenciais nas proximidades dos hotéis.

Outros agentes que passaram a ter grande importância na produção do espaço em Praia do Forte, principalmente a partir do final da década de 1990, foram os lojistas, proprietários de bares, restaurantes e de casas de entretenimento, empreendimentos comerciais cada vez mais presentes no balneário, muitos deles, inclusive, migrantes de origem europeia ou do Sul e Sudeste do país.

Além da óbvia aliança entre o Estado e os agentes econômicos, deflagrada com o intuito precípua de transformar Praia do Forte em território do turismo, ambos os agentes fizeram convergir interesses através da criação de entidades ditas de interesse coletivo, que contém, no seu corpo constitutivo, representantes de setores públicos e privados e que, de certa forma, contribuem na gestão dos destinos turísticos.

Entre 1999 e 2006, foram criadas muitas delas, em diferentes escalas de atuação, tais como Conselho Municipal de Turismo de Mata de São João, Conselho de Turismo do Polo Salvador e Entorno, Câmara de Turismo da Costa dos Coqueiros e *Cluster* da Costa dos Coqueiros (BAHIA, s/d a; BRASIL, 2006; SANTANA, 2009). Outrossim, com vistas à criação de condições para resguardar interesses específicos, diversos grupos de Praia do Forte vem se organizando através do associativismo. Tais grupos são desde membros das colônias de pescadores a proprietários de empreendimentos ligados ao turismo, além da coletividade de moradores.

No que tange às Ong e Oscip, foram criadas diversas ao longo do período, cada uma delas ligada, principalmente, à promoção da Educação Ambiental, cidadania e inclusão social e direitos civis. Quanto à sociedade civil, que pode ser enquadrada como causa e consequência de um sem-número de transformações ocorridas na dinâmica territorial do balneário, foi se tornando cada vez mais complexa e heterogênea e, por isso mesmo, mais exigente de diferentes demandas, que incluem o atendimento a interesses específicos de grupos como os moradores mais antigos e os novos moradores, os migrantes temporários (proprietários de segundas residências e força de trabalho) e os turistas.

## *DINÂMICAS TERRITORIAIS*

O período entre os anos de 1994 e 2012 é o de mais expressivas transformações na dinâmica territorial de Praia do Forte. Com a consolidação do turismo como principal fonte de renda na localidade, grandes esforços foram carreados visando ampliar a capacidade de atração de turistas, bem como dar maior visibilidade ao destino em um mercado cada vez mais seletivo e competitivo.

Se, no período anterior, algumas mudanças já eram sentidas, neste, a intensificação dos movimentos próprios das temporalidades aceleradas imprimiram transformações cada vez mais rápidas e marcantes no território, com a população local passando a conviver com novas formas e conteúdos no espaço, cujas origens eram, via de regra, exógenas. Assim, a incorporação de elementos materiais e simbólicos advindos da “ordem técnica” e da “ordem social planetária” (SANTOS, 2002a, p. 331) impunha ao lugar outras lógicas de uso do território, algo que nem todos os nativos – como se autodenominam – foram capazes de absorver como parte de suas próprias realidades.

Quando do lançamento do Prodetur/BA, no início da década de 1990 (antes, portanto, do período em exame), o zoneamento contido no documento-base do Programa previa que Praia do Forte deveria se tornar um Centro Turístico, em conformidade com o “modelo Cancún” de planejamento turístico (BRANDÃO, 2012), para que, naquele lugar, fossem geradas oportunidades de consumo, diversão e intercâmbio cultural, além de permitir à população local condições para o desenvolvimento de pequenos empreendimentos turístico-hoteleiros e comerciais (SANTOS, 2011).

De fato, graças à atuação combinada do Estado e de agentes econômicos hegemônicos dos setores turístico e hoteleiro, a primeira parte das metas traçadas naquele documento foi cumprida, posto que Praia do Forte tenha se transformado em um dos principais destinos para o turismo de Sol e Praia da Bahia ainda na década de 1990.

O mesmo não se pode afirmar quanto ao protagonismo de indivíduos ou grupos componentes da população local como empreendedores. Na mesma velocidade em que os hotéis, pousadas, lojas, bares e restaurantes se instalavam na localidade, migrantes estrangeiros, de outros estados e municípios se fixavam no balneário, quase sempre na condição de proprietários ou funcionários especializados dos novos estabelecimentos.

As transformações na dinâmica territorial de Praia do Forte decorrentes da sua turistificação e a inclusão precária dos moradores locais na nova economia emergente já podiam ser notadas na segunda metade da década de 1990, graças à expansão da atividade comercial nas vias principais do povoado e, por outro lado, o surgimento dos condomínios como garantia de autossegregação dos grupos mais abastados (SOBRINHO, 1998).

Em 2002, foram concluídos os trabalhos relativos à primeira etapa da urbanização turística da Vila dos Pescadores (topônimo também utilizado para designar a nucleação central do povoado de Praia do Forte), uma das obras previstas no Prodetur/NE para a

zona turística então denominada Costa dos Coqueiros. Desta forma, realizou-se todo o ordenamento da via principal. Além disso, foram realizadas as primeiras obras de saneamento ambiental, implantação de energia elétrica, bloqueio do acesso de veículos automotores e reformas pontuais de imóveis, seguindo as especificações da FGD, ações ampliadas às demais ruas do povoado anos depois, com recursos do Prodetur/NE II.

As transformações advindas da urbanização turística não se limitaram à estética do lugar. Mais que isto, a nova configuração paisagística é parte de uma estratégia de dotar os espaços mais intensamente apropriados pelos turistas em cenários e centros de comércio e serviços, o que, por sua vez, impõe novos arranjos na dinâmica territorial do lugar, tornados absolutamente agradáveis para turistas e moradores abonados.

O mesmo não se pode afirmar, porém, das nucleações localizadas na margem ocidental da Linha Verde, carentes de grande parte da infraestrutura básica. São extremamente precárias as condições de vida nas nucleações de Açú da Torre, Malhadas e Campinas, além dos loteamentos Malhados e Açuzinho, os dois últimos edificadas sob ordem da FGD com o intuito de conter a pressão demográfica sobre o balneário, especialmente por parte dos migrantes que formam contingentes de trabalhadores não especializados, despossuídos, portanto, de renda para adquirir imóveis na Vila dos Pescadores (SOBRINHO, 1998; MURICY e SANTOS, 2009).

Tal iniciativa, aliada à indisponibilidade de terrenos, foi fundamental para a não ocorrência de processos de favelização no entorno imediato do povoado, algo comum no lado oeste da BA-099, onde, segundo Alves (2009), está concentrada a força de trabalho que realiza as atividades de atendentes de bares e lanchonetes, serviços da pequena construção civil, serviços domésticos, além de outros não especializados.

Quanto às ações de turistificação promovidas pelo capital privado, conforme planejamento elaborado ainda na década de 1980, a dominação do frontispício litorâneo de Praia do Forte pelo setor turístico-hoteleiro consolidou-se com a inauguração, em 2006, do Iberostar Praia do Forte *Golf & Spa*, localizado ao norte do povoado, zona que se tornou também um vetor de expansão para condomínios fechados.

Quanto aos condomínios e loteamentos de médio e alto padrões, tais modelos de habitação passaram a proliferar nas zonas contíguas ao povoado, principalmente após a conclusão das obras de urbanização turística. Segundo Pereira (2008), as construções tem aspecto de residências urbanas adequadas às dimensões médias dos lotes (450m<sup>2</sup>).

No que tange ao cumprimento de ações de preservação do meio ambiente local/regional, algo fundamental na consolidação da retórica do destino turístico dito sustentável, em 1995, foi apresentado o ZEE da APA Litoral Norte, que definiu Praia do Forte como Zona Turística Especial e Zona de Urbanização Prioritária (BAHIA, 1995), sem restrições ao modelo de urbanização que viria a ser implantado anos mais tarde. Em 2001, foi criado o Instituto Baleia Jubarte, com sede no local, cujo objetivo precípua é estudar e proteger essa espécie de mamífero marinho (MATA DE SÃO JOÃO, 2008).

Atualmente, em Praia do Forte, existe quase uma centena de meios de hospedagens, entre *resorts*, pousadas, albergues e *campings*, cerca de quarenta e cinco empreendimentos do segmento de Alimentos e Bebidas, diversas lojas de artigos de vestuário, algumas de marcas internacionais, perfumaria, artesanato e *souvenirs*, joalherias, além de *shopping center*, mercados, agências de turismo, hospital de pequeno porte, postos de saúde e escola de ensino básico.

Em que pese todo essa aparente sofisticação, a realidade da nucleação é marcada por situações de conflito e problemas causados pela reestruturação territorial produtiva baseada no turismo que expõem uma face do processo de territorialização desenvolvido em Praia do Forte que em quase nada se assemelha às impressões expostas por Albán (2008, p. 18), para quem o balneário é uma “exceção não generalizável” de desenvolvimento turístico sustentável.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O impulso (re)criador que se verificou em Praia do Forte nas primeiras décadas de sua turistificação, embora tímido, se comparado ao que estaria por vir, gerou algumas transformações no lugar. Nada disso foi suficiente, porém, para solucionar velhos problemas das comunidades locais. Ao contrário, introduziram conflitos antes inexistentes e que tem na diferença de ritmos e de interesses de alguns dos agentes que gestaram a dinâmica territorial da localidade as suas raízes.

A população teve que lidar com as transformações nas suas dinâmicas territoriais, ainda que pouco preparada para tanto. A rígida condução do processo de turistificação por parte dos empreendedores, as estratégias da população local diante das mudanças em curso e a mobilidade daqueles não adaptados ao novo modo de vida, culminando na sua desterritorialização, eram características do processo que então se desenvolvia.

No período seguinte (1994-2012), a ampliação de ações voltadas à turistificação de Praia do Forte, com base em práticas (neo/pós)fordistas de produção e consumo do espaço, a tornou a realidade local complexa desde as perspectivas política, econômica, social e cultural, o que resultou no surgimento de novas formas de territorialização, muitas delas conflitando com as antigas.

Ao longo do período, sob a “batuta” do Estado e dos investidores, dois agentes em atuação harmônica, o turismo se impôs como a atividade econômica que preside o quadro da realidade no balneário, notadamente por meio da cooptação de grande parte da população local, que abandonou afazeres tradicionais, passados de geração em geração e que, de certo modo, davam um acento de singularidade às nucleações examinadas, em favor da participação em um novo mercado de trabalho, com ritmos, modelos e tarefas firmados a partir de lógicas estranhas ao lugar.

Ademais, o desenvolvimento do turismo – a despeito de alguns ganhos, principalmente quanto ao acesso à água, eletricidade e esgotamento sanitário, por exemplo – ocorreu às custas

da precarização dos modos de vida da maioria da população nativa, apenas parcialmente adaptada, quando muito, às vertiginosas transformações ocorridas, e usurpada do direito ao usufruto dos espaços hoje privatizados.

## REFERÊNCIAS

ALBÁN, Marcus. A insustentabilidade do turismo no Brasil e o sucesso de Praia do Forte: uma análise exploratória com base na nova economia institucional. **Turismo em análise**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 3-24, 2008.

ALVES, Luis André de Aguiar. Características da ocupação dos residentes no distrito de Açú da Torre. In MURICY, Ivana Tavares (org.). **Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte Bahia**. Série Estudos e Pesquisas, n. 82. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2009. p. 269-294.

ANDRADE, Adriano Bittencourt e BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. **Geografia de Salvador**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2009.

BAHIA, Estado da. **Prodetur-NE II**. PDITS Salvador e Entorno. Salvador: Empresa de Turismo da Bahia, s/d a.

\_\_\_\_\_. **Resolução n. 1.040, de 21 de fevereiro de 1995**, aprova o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) do Litoral Norte da Bahia. Salvador: Conselho Estadual de Meio Ambiente, 1995.

BECKER, Bertha e EGLER, Claudio. **Brasil**. Uma nova potência regional na economia-mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. **Geografias da presença galega na cidade da Bahia**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2005.

\_\_\_\_\_. Refletindo sobre as políticas públicas para o turismo em Cancún: um modelo a ser seguido? In CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de; SELVA, Vanice Fragoso (org.). **Turismo, políticas públicas e gestão dos ambientes construídos**. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2012. p. 117-140.

BRASIL, República Federativa do. **Plano Nacional do Turismo 2007-2010**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Brasil em desenvolvimento 2010**. Estado, planejamento e políticas públicas. Volume 1. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2010a.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política**. Território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DAVIDOVICH, Fany Rachel e FREDRICH, Olga Maria Buarque de Lima. Urbanização no Brasil. In SILVA, Solange Tietmann (coord.). **Brasil**. Uma visão geográfica nos anos 80. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, 1995, p. 13-85.

HAESBAERT, Rogerio. Território e multiterritorialidade – um debate. **GEOgraphia**, Niterói, ano IX, n. 17, p. 19-45, 2007.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **O neoliberalismo**. História e implicações. São Paulo: Loyola, 2005.

HIERNAUX-NICOLÁS, Daniel. Elementos para un análisis sociogeográfico del turismo. In RODRIGUES, Adyr Balastreri (org.). **Turismo e Geografia**. Reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 39-54.

MATA DE SÃO JOÃO, Prefeitura Municipal de. **Guia turístico de Mata de São João**. Salvador: Leiaute Propaganda, 2008.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil**. Elementos para uma Geografia do Litoral Brasileiro. São Paulo: Annablume, 2007.

MURICY, Ivana Tavares. APA Litoral Norte: introdução e caminhos da pesquisa. In MURICY, Ivana Tavares (org.). **Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)**. Série Estudos e Pesquisas, n. 82. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2009. p. 9-28.

MURICY, Ivana Tavares e SANTOS, Cândida Ribeiro. O turismo e as transformações socioculturais. In MURICY, Ivana Tavares (org.). **Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)**. Série Estudos e Pesquisas, n. 82. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2009. p. 225-250.

PEREIRA, Maria das Graças Borja Godim dos Santos. **Ordenamento do território, densidades hoteleiras e seus efeitos sobre a paisagem no Litoral Norte do estado da Bahia, trecho Forte-Sauípe**. Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, 2008. 317 f. Mestrado em Desenvolvimento Sustentável.

PESSOTI, Gustavo Casseb; SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. Transformações na dinâmica da economia baiana: políticas de industrialização e expansão das relações comerciais internacionais. **Conjuntura e Planejamento**, Salvador, p. 36-49, 2009.

PILAGALLO, Oscar. **A História do Brasil no século XX (1980-2000)**. São Paulo: Publifolha, 2009.

SANTANA, Mercejane. Turismo no Litoral Norte e governança pública: uma articulação existente? In MURICY, Ivana Tavares (org.). **Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)**. Série Estudos e Pesquisas, n. 82. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2009. p. 137-163.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo**. Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra Globalização.** Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002a.

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002b.

\_\_\_\_\_. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005b.

SANTOS, Telma Maria Sousa dos. Urbanização turística e a produção do espaço nos centros do lazer: um estudo sobre Praia do Forte - Bahia. **Revista Geográfica de América Central**, Heredia, número especial del Encuentro de Geógrafos de América Latina, p. 1-15, 2011.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, María Laura. **O Brasil.** Território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2001.

SAQUET, Marcos Aurélio; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; ALVES, Adilson Francelino. Construindo uma concepção reticular e histórica para estudos territoriais. In PEREIRA, Sílvia Regina; COSTA, Benhur Pinós da; SOUZA, Edson Belo Clemente (org.). **Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais.** São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 53-68.

SOBRINHO, Lirandina Gomes. **Em busca do paraíso...** a (eco)lógica, a gestão do território e o turismo na Praia do Forte – Bahia. Salvador: Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia. 1998. 153 f. Mestrado em Geografia.

SOUZA, Tânia Maria Melquíades de; BRAGA, Tânia Moreira. Desenvolvimento via turismo: um enfoque sobre mitos e possibilidades a partir dos modelos adotados em Búzios, Guarapari e Mata de São João. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, Ano VII, n. 12, p. 59-68, 2005.

SPÍNOLA, Carolina. O Prodetur e a descentralização do turismo baiano. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, Ano II, n. 3, p. 36-47, 2000.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. Turismo. In PINSKY, Jaime (org.). **O Brasil no contexto 1987-2007.** São Paulo: Contexto, 2007. p. 219-227.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Questões metodológicas na Geografia Urbana Histórica. In VASCONCELOS, Pedro de Almeida e SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e (org.). **Novos estudos de Geografia Urbana brasileira.** Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1999. p. 191-201.

\_\_\_\_\_. **Salvador.** Transformações e permanências (1549-1999). Ilhéus: Editus, 2002.